

1. Informações gerais

A Concessionária Rio -Teresópolis S.A. “Companhia” cuja sede está localizada na Rodovia BR-116/RJ – Praça do Pedágio, Magé, RJ, foi constituída sob a forma de “sociedade anônima” em Assembléia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão, não onerosa, de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba até Teresópolis Ent. BR-040(A) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Equalização do capital circulante negativo

O capital circulante líquido (CCL) de 31 de dezembro de 2011 foi negativo em R\$ 9.592 em função dos impactos financeiros, decorrentes do sinistro ocorrido em janeiro de 2011, motivado pelas fortes chuvas que se abateram na região serrana do Rio de Janeiro. A renovação da apólice de seguro da rodovia foi onerada pelas condições adversas. A regulação do sinistro (reembolso da seguradora das obras já realizadas pela companhia em função das chuvas) encontra-se em processo de análise, com liberações por parte do resseguro/segurador ocorrendo após análise/validação entre os peritos nomeados por estes e os técnicos e consultores da Companhia.

A Companhia está estudando junto ao mercado opções de financiamento de longo prazo para obras, que por ventura, não venham a ser cobertas pelo seguro, uma vez que os danos estimados preliminarmente superam o valor da apólice. A Companhia poderá reduzir temporariamente seu fluxo de dividendos e remuneração das debêntures para atender eventuais necessidades de caixa decorrentes da regulação do sinistro citado acima.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Companhia em 29 de fevereiro de 2012.

2. Políticas contábeis

2.1. Bases de preparação e apresentação das informações anuais

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações anuais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

As informações anuais estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a atividade da Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos e que o negócio da CRT é a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

2.4. Créditos a receber

Os créditos a receber referem-se, substancialmente, às receitas de pedágio eletrônico administrado por terceiros (AVI), as quais são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração não considera duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas.

2.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumulada calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados à infra-estrutura da concessão classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada ou prazo de concessão, o que ocorrer primeiro e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.7. Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão adicional para recuperação de ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando

não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.9. Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65 e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00 e 7,60%
Imposto Sobre Serviço	ISS	5%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12

meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos das diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.10. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas informações anuais.

2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das informações anuais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de

vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis,

as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável.

Provisão para manutenção

A Companhia provisionou, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infra-estrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações anuais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.13. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.14. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor

justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e créditos a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia não possui passivos desta natureza.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.15. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.16. Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infra-estrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infra-estrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infra-estrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infra-estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

2.17. Informações por segmento

A Companhia concentra suas atividades na exploração dos serviços previstos no contrato de concessão. A Companhia foi constituída com um propósito específico, possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.18. Novos IFRS e interpretações

2.18.1 Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) – aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia vez que os requerimentos estabelecidos pelas interpretações já vêm sendo adotados pela Companhia na elaboração de suas demonstrações financeiras.

3. Contrato de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-40/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. O convênio destina 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 199.963, como segue (dados em milhares de reais):

	2012	2013	2014	2015 a 2021	Total
Investimentos – PER	48.392	67.615	40.902	43.054	199.963

Não houve alteração no contrato de concessão da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
<u>Caixa e Bancos:</u>	1.665	2.254
<u>Aplicações Financeiras:</u>		
Banco Votorantim S.A.	1.403	11.777
Banco Bradesco S.A.	10	4.010
	1.413	15.787
Total	3.078	18.041

As aplicações financeiras em CDB/DI de alta liquidez, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos médios de 102% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos se equipara ao seu valor de mercado.

5. Créditos a receber

	2011	2010
Via Fácil	6.741	5.076
Auto Expresso	106	
Dbtrans	817	792
Visa Vale	410	349
Total	8.074	6.217

A Companhia passou a operar em 2009 com o sistema de cobrança automática de pedágio, denominado Via fácil e em maio de 2011 com o sistema DBTRANS , sendo os valores recebíveis em até 45 e 30, dias respectivamente, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário. Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o saldo está representado por valores a vencer e não há provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e histórico de perdas significativas com estes créditos.

6. Impostos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar

	2011	2.010
Imposto de Renda e Contribuição Social	94	176
PIS e COFINS	318	313
Circulante	412	489

b) Impostos, taxas e contribuições a recolher

	2011	2010
Imposto de renda e Contribuição Social	6.783	5.633
PIS e COFINS	571	520
ISS	960	806
ICMS	18	15
IRRF	12	16
Circulante	8.344	6.990

c) Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores.

Os fundamentos dos ativos e passivos fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

	2011			2010
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Ativo				
IR e CS diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	681	245	926	3.535
IR e CS diferidos s/ Prov. Contingências	1.053	286	1.339	907
Ativo não circulante	1.734	531	2.265	4.442
Passivo				
IR e CS diferidos s/ Receita Financeira	1.733	624	2.357	
Passivo não circulante	1.733	624	2.357	
Líquido	(1)	93	92	4.442

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2011	2010
Lucro antes da tributação	67.098	44.086
Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido (34%)	22.813	14.989
Ajustes para demonstração da taxa efetiva		
adições e exclusões permanentes	(2.965)	(976)
Incentivos fiscais	(379)	(320)
diferenças temporárias	4.632	2.486
Despesas de Imposto de renda e Contribuição social sobre lucro líquido	24.101	16.179
Taxa efetiva	35,92%	36,70%

7. Indenizações a receber

	2011	2010
Indenizações a receber	5.305	115
	<u>5.305</u>	<u>115</u>

Em virtude da existência de apólices de seguro de Riscos Operacionais e de Responsabilidade Civil, diversos eventos são passíveis de cobertura. Os valores registrados nesta conta representam gastos incorridos com a recuperação dos danos, cuja indenização será recebida junto às seguradoras, ainda está sendo regulada, face ao sinistro e/ou ação cível ainda não ter sido encerrado.

8. Imobilizado

CUSTO

	Saldo em 2009	Adições	Baixas	Saldo em 2010
Bens Próprios				
Máquinas, Eq. e Sist. Controle de Ponto	1.167	130	(1)	1.296
Edificações	233			233
Veículos	688		(145)	543
Processamento de Dados e Hardware	433	79		512
Móveis e Utensílios	155	43		198
Ferramentas	8	4		12
Instalações e Instalações Elétricas	102	3		105
Usina	5	22		27
Instalações Elétricas Usina	94			94
Terrenos	35			35
	<u>2.920</u>	<u>281</u>	<u>(146)</u>	<u>3.055</u>
Benfeitorias				
Imobilizações em Curso	169			169
	<u>169</u>			<u>169</u>
Imobilizado Bruto	<u>3.089</u>	<u>281</u>	<u>(146)</u>	<u>3.224</u>

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA

	Taxa % a.a	Saldo em 2009	Adições	Baixas	Saldo em 2010
Bens Próprios					
Máquinas, Eq. e Sist. Cont. de Ponto	10%	(691)	(95)	1	(785)
Outras Imobil. Próp. e Benf. Bens Terc.	10 a 20%	(133)			(133)
Edificações	4%	(107)	(9)		(116)
Veículos	20%	(151)	(120)	80	(191)
Processamento de Dados e Hardware	20%	(277)	(113)		(390)
Sistema De Controle De Ponto/Acesso	10%				
Móveis e Utensílios	10%	(105)	(9)		(114)
Instalações e Instalações Elétricas	10%	(80)	(4)		(84)
Instalações e Ins. Elétricas - Usina	10%	(87)	(2)		(89)
		<u>(1.631)</u>	<u>(352)</u>	<u>81</u>	<u>(1.902)</u>
Imobilizado Líquido		<u>1.458</u>	<u>(71)</u>	<u>(65)</u>	<u>1.322</u>

CUSTO

	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2011
Bens Próprios					
Máquinas, Eq. e Sist. Controle de Ponto	1.296	202			1.498
Edificações	233				233
Veículos	543	11	(26)		528
Processamento de Dados e Hardware	512	115			627
Móveis e Utensílios	198	77		(1)	274
Ferramentas	12	5		1	18
Instalações e Instalações Elétricas	105	29			134
Usina	27	4			31
Instalações Elétricas Usina	94				94
Terrenos	35				35
	<u>3.055</u>	<u>443</u>	<u>(26)</u>		<u>3.472</u>
Benfeitorias					
Imobilizações em Curso	169	199			368
	<u>169</u>	<u>199</u>			<u>368</u>
Imobilizado Bruto	<u>3.224</u>	<u>642</u>	<u>(26)</u>		<u>3.840</u>

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA

	Taxa % a.a	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2011
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Cont. de Ponto	10%	(785)	(47)		55	(777)
Outras Imobil. Próp. e Benf. Bens Terc.	10 a 20%	(133)	(63)		(55)	(251)
Edificações	4%	(116)	(10)			(126)
Veículos	20%	(191)	(108)	26		(273)
Processamento de Dados e Hardware	20%	(390)	(124)		1	(513)
Sistema De Controle De Ponto/Acesso	10%		(3)		(1)	(4)
Móveis e Utensílios	10%	(114)	(16)			(130)
Instalações e Instalações Elétricas	10%	(84)	(6)			(90)
Instalações e Ins. Elétricas - Usina	10%	(89)	(2)			(91)
		<u>(1.902)</u>	<u>(379)</u>	<u>26</u>		<u>(2.255)</u>
Imobilizado Líquido		<u>1.322</u>	<u>263</u>			<u>1.585</u>

9. Intangível

CUSTO - INTANGÍVEL

	Saldo em 2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2010
Ativo Intangível					
Concessão	190.701	33.868	(5)		224.564
Software	168	43			211
Outros	2	50			52
Intangível Bruto	<u>190.871</u>	<u>33.961</u>	<u>(5)</u>		<u>224.827</u>

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA

	Saldo em 2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2010
Amortização do Ativo Intangível					
Concessão	(109.553)	(5.921)			(115.474)
Software	(140)	(29)			(169)
Outros	(2)	(5)			(7)
	<u>(109.695)</u>	<u>(5.955)</u>			<u>(115.650)</u>
Intangível Líquido	<u>81.176</u>	<u>28.006</u>	<u>(5)</u>		<u>109.177</u>

CUSTO - INTANGÍVEL

	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2011
Ativo Intangível					
Concessão	224.564	43.303	(75)		267.792
Software	211	49			260
Outros	52	1			53
Intangível Bruto	<u>224.827</u>	<u>43.353</u>	<u>(75)</u>		<u>268.105</u>

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA

	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2011
Amortização do Ativo Intangível					
Concessão	(115.474)	(8.764)	7	(58)	(124.289)
Software	(169)	(86)		58	(197)
Outros	(7)	(10)			(17)
	<u>(115.650)</u>	<u>(8.860)</u>	<u>7</u>		<u>(124.503)</u>
Intangível Líquido	<u>109.177</u>	<u>34.493</u>	<u>(68)</u>		<u>143.602</u>

De acordo com o CPC 01(R1), “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do Ativo Imobilizado e intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram identificadas evidências de ativos corpóreos ou intangíveis com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento da aquisição do direito de exploração no montante de R\$ 2.209.

10. Empréstimos e financiamentos

	2011		2010	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES	6.322	37.556	6.154	34.055

O empréstimo trata de Contrato de Financiamento destinado a melhoria da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, no período de 2008 a 2012. A totalidade do crédito concedido, R\$51.835, está divididos em: sub-crédito A – R\$27.752 e B – R\$11.894 – totalmente liberados; C – R\$8.540 – dos quais R\$6.720 foram levantados até a presente data e D – R\$3.649. – dos quais R\$2.880 foram levantados até a presente data.

Sobre os subcréditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os subcréditos B e D incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1% ao ano. Os subcréditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os subcréditos B e D deverão ser utilizados até 31 de dezembro de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013. Os encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

Possui como garantia cartas de fianças emitidas pelo Bradesco S.A. com vencimentos em 17 de maio de 2012, 01 de julho de 2012, 18 de agosto de 2012, 12 de novembro de 2012, 20 de novembro de 2012 e 01 de dezembro de 2012.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) nos contratos em questão.

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	2011	2010
BNDES		
2.013	7.453	12.198(*)
2.014	7.576	6.099
2.015	7.576	6.099
2.016	7.576	6.099
2017 em diante	7.375	3.560
Total Longo Prazo	37.556	34.055

(*) inclui R\$ 6.099 referente ao ano de 2012.

A CRT comprovou a inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, conforme critério do BNDES pudesse comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES.

11. Salários, provisões e contribuições

	2011	2010
Provisões Trabalhistas	1.026	1.153
Encargos Trabalhistas	653	618
Imposto de Renda Retido na Fonte	56	62
Participação no Resultado	1.383	1.225
Benefícios	4	4
Outros	217	124
Circulante	3.339	3.186

12. Obrigações legais decorrentes de processos judiciais

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas e tributárias. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro. A Administração, portanto, não acredita, na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro.

Composição e movimentação do saldo

	Saldo Inicial 2010	Adições	Baixas	Saldo Final 2011
Trabalhistas	580	1.307	(93)	1.794
Cíveis	1.310	204	(151)	1.363
Fiscais	20			20
Valor Provisionado	1.910	1.511	(244)	3.177
Depósito Judicial	2.030	239	(422)	1.847

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

- (i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Apesar de o atual estágio processual ser de difícil previsibilidade acerca dos valores envolvidos, a Companhia mantém sistemática de avaliação das contingências envolvidas. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos.

(ii) Ação cível pública nulidade do contrato

Anulação do Contrato de Concessão, por meio de Ações populares, sob alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia.

(iii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$ 400. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

c) Processos fiscais

Os processos são oriundos do município de Teresópolis, na importância de R\$ 20, que estão sendo contestados, razão pela qual foi constituída provisão de igual valor.

13. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 2.724 (R\$ 10.394 em 31 de dezembro de 2010). A redução é proveniente de orientação, através de nota técnica nº 14, de 18/08/2011, do poder concedente (ANTT), a qual redefiniu os eventos de manutenção anteriormente previstos, como investimentos.

14. Debêntures

As Assembléias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26/12/2001 com as seguintes características, resumidas:

Forma e espécie:	Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.
Quantidade de títulos:	23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.
Valor da emissão (em R\$):	A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$62.963, na data de emissão.
Valor nominal (em R\$):	As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 560,55, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$12.949.
Data de emissão:	31 de dezembro de 2001.
Vencimento final:	Somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da Emissora, por qualquer razão, conforme facultado pelo art. 55, §3º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto no item 1.20.
Prêmio de emissão (em R\$):	As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$2,1653 na data de emissão, perfazendo o total de R\$50.014.
Conversibilidade:	As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

Cada debênture terá direito a participação nos lucros da Companhia, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída aos seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembléia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures em 31 de dezembro de 2001, foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura das debêntures na data de encerramento das demonstrações financeiras. A administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo, poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas foram canceladas no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, seus aditivos e o Prospecto de Distribuição encontram-se arquivados na CVM para consulta dos investidores.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 45.700, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi deliberado o aumento de R\$ 6.900 no capital social autorizado da Companhia, passando a ser de R\$ 45.700, mediante utilização de Reserva Legal e Reserva de lucros.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	2011						2010	
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Partic. em Infraestruturas S/A - Invepar	17.992	36,88	3.546	9,41	21.538	24,91	21.538	24,91
Construtora OAS Ltda.	—	—	—	—	—	—	6.888	7,97
Carioca Christian-Nielsen Concessões	10.262	21,03	8.202	21,77	18.464	21,35	16.168	18,70
Strata Constr. e Conces. Integradas S.A.	8.567	17,56	5.800	15,39	14.367	16,62	12.071	13,96
Queiroz Galvão Particip. e Conces.S.A.	10.262	21,03	—	—	10.262	11,87	7.966	9,21
Construtora Queiroz Galvão S.A.	—	—	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT– Fundo de Invest. em Participações	—	—	9.524	25,28	9.524	11,01	9.524	11,01
M&G Consultoria e Particip. Ltda.	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
Credicom Coml Inform. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Particip. Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Conselheiros	8	0,02	6	0,02	14	0,02	14	0,02
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

b) Dividendos

b.1) Antecipação de dividendos

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto em Lei.

Consta também no estatuto social que os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

O dividendo mínimo obrigatório foi calculado como se segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do período	42.997	27.907
Reserva legal	<u>(2.150)</u>	<u>(1.395)</u>
Base de cálculo	40.847	26.512
Percentual do dividendo	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Valor do dividendo obrigatório	10.212	6.628
Dividendos adicionais pagos	<u>4.700</u>	<u>8.065</u>
Total de dividendos pagos	<u>14.912</u>	<u>14.693</u>

Nos termos do Estatuto da Companhia, em 23 de fevereiro de 2011, 29 de abril de 2011, 31 de maio de 2011, 26 de agosto de 2011, 23 de novembro de 2011 e em 27 de dezembro de 2011, foram aprovados pagamentos a título de dividendos antecipados, totalizando R\$ 14.912, conforme Assembléia Geral Extraordinária e Reunião do Conselho de Administração ad referendum da AGE de 2012.

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal. É limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal. É limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir orçamento de capital, de acordo com a Legislação Societária.

16. Receita operacional, líquida

	2011	2010
Receita bruta de pedágio	148.099	126.124
Receita de contrato de construção	42.034	33.917
Dedução da receita	(12.870)	(10.929)
Receita líquida	177.263	149.112

17. Despesas administrativas

	2011	2010
Despesa com pessoal	5.058	5.060
Serviços de terceiros	2.270	2.001
Desp. de Materiais, equipamentos e veículos	883	895
Despesas gerais	8.442	4.702
Despesas de remuneração de dirigentes	1.033	991
Total	17.686	13.649

As despesas administrativas estão acima dos registrados no período de 2010, devido principalmente ao aumento no custo do seguro da companhia, a realização de serviços de conservação da rodovia e aos reajustes ocorridos na mão de obra e nos contratos de serviços de terceiros. O custo da mão de obra em 2011 foi impactado pela reversão da provisão de férias no valor de R\$ 390.

18. Receitas e despesas, financeiras

	2011	2010
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	398	(1.381)
Despesas bancárias	(553)	(667)
	(155)	(2.048)
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	774	888
Variação monetária ativa	19	20
Descontos obtidos	50	8
Outros		64
	843	980
Remuneração de Debenturistas	(14.897)	(18.654)
Total	(14.209)	(19.722)

19. Partes relacionadas

a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)

Além da participação dos debenturistas, prevista na Escritura de Emissão de Debêntures registrada na CVM, a Companhia, tradicionalmente, atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra “h”, do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante registrado como participação nos resultados em 31 de dezembro de 2011, R\$ 14.897 (R\$18.654 em 2010) foram atribuídos aos debenturistas e R\$ 1.511 (R\$ 1.227 em 2010) aos empregados e diretores, totalizando R\$ 16.408 (R\$19.881 em 2010).

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembléia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$2.500.

	2011			2010		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	911	122	1.033	847	144	991
Bônus variáveis (i)	594		594	490		490
Total	1.505	122	1.627	1.337	144	1.481

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

A Companhia não possui quaisquer outros tipos de transação com partes relacionadas.

20. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2011 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão

representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

Devido à alta liquidez e/ou curto prazo para amortização, o valor de mercado das disponibilidades, contas a receber, fornecedores e debêntures equivalem ao valor contábil.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

A companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

Operação	Cenário Provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	1.413	1.413	1.413
Taxa anual estimada do CDI	10,81%	13,51%	16,22%
Efeito anual no caixa líquido	153	191	229

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES direto 1	TJLP	(34.267)	(42.834)	(51.401)
BNDES direto 2	TJLP	(9.610)	(12.013)	(14.416)
Referência para passivos financeiros				
TJLP (% ao ano)		6,00%	7,50%	9,00%

(d) Taxas de câmbio

A companhia não possui operações de câmbio.

(e) Derivativos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

21. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a companhia apresenta a seguir as Demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2011			2010		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	23.247	19.750	42.997	15.088	12.819	27.907
Denominador básico e diluído						
Média ponderada do ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro Básico e Diluído por ação (R\$)	476,51	524,16		309,27	340,20	

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

22. Coberturas de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agencia Nacional de Transportes Terrestres – antigo DNER - compreendendo a totalidade da Rodovia BR 116-RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram o seguinte em 31 de dezembro de 2011:

Modalidade	Posição em 2011		
	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	7.000	12.08.11 à 12.08.12	Chartis
Risco Engenharia	20.100	11.04.11 à 01.09.13	Itaú/ Tokio
Riscos Operacionais	45.000	11.07.11 à 01.09.13	Itaú
Garantia	13.100	22.11.11 à 22.11.12	Banco Fator
Adm. e Diretores	10.000	15.02.11 à 15.02.12	Chartis
Multirisco Empresarial	5.000	11.07.11 à 11.07.12	Itaú

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta.

Em 12 de janeiro 2011 ocorreram fortes chuvas na região serrana do Rio de Janeiro, provocando, além da tragédia amplamente divulgada pelos meios de comunicação, inúmeros eventos graves na rodovia, no trecho Teresópolis-Sapucaia.

A companhia fechou a rodovia preventivamente à ocorrência dos eventos, em conformidade com a sua Política de Monitoração, não registrando nenhuma vítima fatal durante o ocorrido.

Foram registrados inúmeros pontos sinistrados, cujo montante global para recuperação irá exceder o valor de cobertura de R\$ 45 milhões da nossa apólice de seguro vigente.

As estimativas preliminares apontam para Investimentos da ordem de R\$ 65 milhões, que serão consumidos nos próximos 2 anos.

A Companhia iniciou contato com instituições financeiras e órgãos reguladores face à natureza de calamidade pública/dano do evento, de forma a recompor o caixa do montante excedente ao valor a ser reembolsado pela apólice de seguro vigente.

23. Aprovação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2012.